

BOLETIM DE LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS DO TJMG

Periodicidade: semanal

Nº 227 – Julho 2012

Período de: 07/07/2012 a 13/07/2012

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
LEI Nº 12.682	DOU; 10/07/2012	Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.	Lei 12.682 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 12.683	DOU; 10/07/2012	Altera a Lei no 9.613, de 3 de março de 1998, para tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro.	Lei 12.683 (Site da Presidência da República)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 490	DJE/STF; 11/07/2012	Regulamenta o disposto no art. 24, IV, 'c' e 'd' da Resolução nº 427, de 20 de abril de 2010 (<i>Nota da Biblioteca: a Res. 427 regulamenta o processo eletrônico</i>).	Res. 490 (Site do STF)

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 46.008	Minas Gerais; 13/07/2012	Altera o Decreto nº 43.981, de 3 de março de 2005, que regulamenta o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos.	Dec. 46.008 (Site da ALMG)

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 14.954	DOM; 11/07/2012	Estabelece critérios e procedimentos relativos à utilização da via pública para a realização de serviços urbanos que menciona.	Dec. 14.954 (Site da PBH)

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 2.752	DJE; 12/07/2012	Dispõe sobre a recomposição das Turmas Recursais de Grupos Jurisdicionais do Estado de Minas Gerais.	Port. 2.752 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.753	DJE; 12/07/2012	Altera a composição da Comissão do Concurso para provimento de cargos do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 2.753 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 2.754	DJE; 13/07/2012	Designa o coordenador do Centro de Estudos Jurídicos Juiz Ronaldo Cunha Campos e os integrantes do Comitê Técnico da EJEF.	Port. 2.754 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.755	DJE; 13/07/2012	Designa o Superintendente-Adjunto da EJEF.	Port. 2.755 (Site do TJMG)
ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA			
Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 30	DJE; 09/07/2012	Avisa aos MM. Juízes de Direito, Membros do Ministério Público, Advogados, Notários e Registradores, Serventuários e a quem possa interessar, sobre o extravio de 400 (quatrocentos) Selos de Fiscalização, ocorrido no Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais com Atribuições Notariais de Crucilândia, Comarca de Bonfim, do Tipo: Reconhecimento de Firma BFM63151 a BFM63550, conforme BO Nº M1057-2012-0000849, referente à REDS 2012-001163923-001, da 7ª Delegacia de Polícia Civil daquela localidade, ficando cancelada a validade dos mesmos, como previsto no art. 15, da Portaria Conjunta nº 002, de 11 de março de 2005.	<p>Diário do Judiciário Eletrônico, disponível no site http://dje.tjmg.jus.br</p> <p>ou</p> <p>Base de atos normativos da Corregedoria Geral de Justiça, disponível no portal http://www.tjmg.jus.br/corregedoria/codigo_normas/</p>
AVISO Nº 32	DJE; 10/07/2012 (Republicação)	Avisa a todos os interessados que fica publicada a presente relação geral dos serviços notariais e de registro com vacância declarada no Estado de Minas Gerais, conforme listas constantes dos Anexos I a VI deste Aviso.	
AVISO Nº 33	DJE; 11/07/2012	Avisa a todos os escrivães e magistrados que, para a finalidade de cumprimento do art. 310, II, do CPP, será disponibilizado no SISCOM WINDOWS modelo de mandado de conversão de prisão em flagrante em preventiva (Código 696).	
AVISO Nº 34	DJE; 11/07/2012	Avisa a todos os magistrados, servidores, notários e registradores do Estado de Minas Gerais, bem como a quem mais possa interessar que os Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais devem cumprir rigorosamente as regras estabelecidas no Provimento nº 15, de 15 de dezembro de 2011, da Corregedoria Nacional de Justiça, nos termos da Recomendação-Orientação nº 6/2012, de 02 de julho de 2012, expedida pela Excelentíssima Senhora Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Eliana Calmon, que “Dispõe sobre o uso de papel de segurança unificado para emissão de certidões pelos Ofícios de Registro Civil das Pessoas Naturais”.	

<p>AVISO Nº 35</p>	<p>DJE; 13/07/2012</p>	<p>Avisa a todos os Escrivães e aos Juizes de Direito com competência criminal que fica sem efeito o contido no Ofício-Circular nº 047/CGJ/2005 e que as comunicações à Justiça Eleitoral de condenações criminais e interdições devem ser feitas exclusivamente através da remessa, diretamente pelo juízo sentenciante aos cartórios ou foros eleitorais da respectiva comarca, da Comunicação de Decisão Judicial expedida através do SISCOM Caracter (código SFCD060).</p>	
<p>PORTARIA Nº 2.187</p>	<p>DJE; 12/07/2012</p>	<p>Reconduz o Dr. Marcus Vinícius do Amaral Daher, Juiz de Direito titular da 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da comarca de Abre Campo, para o exercício das “atribuições de fiscalização, orientação e apuração de irregularidades de instituições, organizações governamentais e não governamentais, abrigos, instituições de atendimento e entidades congêneres que lidem com idosos, garantindo-lhes as medidas de proteção e atendimento prioritário previstas na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, salvo aquelas cuja competência específica couber aos demais juízos do Poder Judiciário Estadual”.</p>	
<p>PORTARIA Nº 2.188</p>	<p>DJE; 12/07/2012</p>	<p>Reconduz o Dr. Cláudio Schiavo Cruz, Juiz de Direito titular da Vara Criminal e da Infância e da Juventude e Precatórias Cíveis e Criminais da comarca de Itambacuri, para o exercício das “atribuições de fiscalização, orientação e apuração de irregularidades de instituições, organizações governamentais e não governamentais, abrigos, instituições de atendimento e entidades congêneres que lidem com idosos, garantindo-lhes as medidas de proteção e atendimento prioritário previstas na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, salvo aquelas cuja competência específica couber aos demais juízos do Poder Judiciário Estadual”.</p>	
<p>PORTARIA Nº 2.191</p>	<p>DJE; 12/07/2012</p>	<p>Designa a Dra. Arlete Aparecida da Silva Coura, Juíza de Direito titular da Vara Criminal, para o exercício das funções de Diretora do Foro da comarca de Pirapora</p>	

PORTARIA Nº 2.192	DJE; 12/07/2012	Designa o Dr. Afrânio José Fonseca Nardy, Juiz de Direito titular da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da comarca de Caeté para o exercício das “atribuições de fiscalização, orientação e apuração de irregularidades de instituições, organizações governamentais e não governamentais, abrigos, instituições de atendimento e entidades congêneres que lidem com idosos, garantindo-lhes as medidas de proteção e atendimento prioritário previstas na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, salvo aquelas cuja competência específica couber aos demais juízos do Poder Judiciário Estadual”.
PORTARIA Nº 2.193	DJE; 12/07/2012	Designa a Dra. Flávia Generoso de Mattos, Juíza de Direito titular da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude, para o exercício das funções de Diretora do Foro da comarca de Congonhas.
PORTARIA Nº 2.198	DJE; 10/07/2012	Disciplina a suspensão dos prazos processuais relativos aos feitos que tramitam na 9ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte.
PORTARIA Nº 2.199	DJE; 10/07/2012	Disciplina a suspensão dos prazos processuais relativos aos feitos que tramitam na 8ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte
PORTARIA Nº 2.201	DJE; 10/07/2012	Modifica a redação da Portaria nº. 2.172, de 02/07/2012.
PROVIMENTO Nº 232	DJE; 12/07/2012	Altera, acrescenta e revoga dispositivos do Provimento nº 161, de 1º de setembro de 2006, que codifica os atos normativos da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais.
PROVIMENTO Nº 233	DJE; 09/07/2012	Altera dispositivos do Provimento nº 161, de 1º de setembro de 2006, que codifica os atos normativos da Corregedoria Geral de Justiça
RECOMENDAÇÃO Nº 17	DJE; 09/07/2012	Recomenda aos magistrados e escrivães a observância ao artigo 43 do Provimento-Conjunto nº 15/2010, que recebeu nova redação através do Provimento-Conjunto nº 21/CGJ/2012, e traz orientações capazes de esclarecer dúvidas quanto à destinação dos valores recolhidos como fiança e possíveis consequências, sem prejuízo da análise dos artigos 321 e seguintes do Código de Processo Penal.

RECOMENDAÇÃO Nº 18	DJE; 09/07/2012	Recomenda a todos os Magistrados do Estado de Minas Gerais, em especial aos Juízes responsáveis pelas Varas Criminais, prioridade no julgamento de processos destinados à apuração de crimes sexuais que envolvam crianças e adolescentes.	
---------------------------	--------------------	--	--

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br